



Covas afirmou da tribuna da Constituinte que Sarney já defendeu um mandato de quatro anos

Covas defende a emenda popular pró-diretas 88

Ao defender ontem a emenda popular que estabelece eleições diretas para Presidente em 88, o senador Mário Covas (PMDB-SP) lembrou que o presidente Sarney se manifestou favorável a um mandato de quatro anos, quando em 8 de maio de 1985 enviou mensagem ao Congresso convocando a Constituinte. O senador fez questão de frisar que esse era também o compromisso do ex-presidente Tancredo Neves e das forças políticas que elegeram a ele e a Sarney no Colégio Eleitoral, após a frustração da campanha das diretas já em 1984.



A emenda, subscrita por quase 100 mil eleitores, foi promovida pela Federação Nacional dos Jornalistas, Instituto dos Arquitetos do Brasil e Associação de Engenheiros Agrônomos do Brasil, chegou a ser classificada de "singela" por Mário Covas, porque estabelece apenas que a eleição do próximo Presidente da República seja realizada no dia 15 de novem-

bro de 1988 e a posse do eleito em 15 de março de 1989. No início do seu discurso, o senador lembrou uma entrevista de Tancredo Neves. Nela o ex-presidente achava razoável um mandato de quatro anos e que esse compromisso foi assumido por Sarney ao enviar mensagem do Executivo ao Congresso convocando a Constituinte. Além dos compromissos dos dois presidentes, ele considerou que a transição política, imposta pela eleição através do Colégio Eleitoral, se esgotaria com o término da Constituinte.

Legitimidade

Do acordo com Mário Covas, "esgotada a tarefa de transição, esgota-se igualmente a legitimidade do Governo". O senador não aceita o argumento segundo o qual o presidente foi eleito por uma Constituição em que seu mandato está estabelecido em 6 anos. Lembrou que a Constituição também preconizava que os prefeitos das capitais seriam indicados pelos governadores dos estados e isto já foi superado.

Neste momento, o senador foi apartado pelo líder do PFL, deputado José Lourenço que o provocou dizendo: "No Congresso todos contestam a duração do

mandato do presidente, mas ninguém contesta o seu próprio mandato. Então proponho que todos votemos na proposta da deputada Sandra Cavalcanti, de eleições gerais em março de 1988, de veedor a Presidência da República". Covas aceitou o desafio e disse que vota a favor se o projeto for apresentado.

Criticas

O senador diz que não entende porque o mandato do Presidente, em vez de quatro ou seis anos, tem que ser de cinco, e afirmou em seguida que a atitude de Sarney ao ir a televisão informar que abriria mão de um ano de seu mandato que seria de seis, foi "imperial".

Em sua opinião, existem três motivos para que a eleição se realize em novembro de 88: "O mandato do atual presidente não depende do regime de Governo porque sua legitimidade nasceu de sua origem; é cinismo dizer que a duração deste Governo depende de seu desempenho e é casuístico definir mandatos em função da conveniência partidária. Os compromissos nascem para ser cumpridos e tanto o presidente Sarney como Tancredo Neves assumiram esse compromisso".

Para Brizola, plebiscito é democrático

Recife — Ao desembarcar, ontem, no aeroporto Guararapes, o ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, considerou uma «decisão democrática» a realização de um plebiscito antes de se adotar no país o regime parlamentarista. Para ele, a Constituinte foi eleita dentro de um processo que teve início na campanha das diretas, por eleições presidencialistas, e que ouvir o povo «seria o mínimo a ser feito antes de tomar a decisão absurda de mudar o regime contra a vontade popular».

Brizola também achou correta a tese levantada por alguns políticos sobre a realização de eleições diretas em todos os níveis, após promulgada a nova Carta. No entanto, admitiu que essa medida, apesar de democrática, é inviável, pois nenhum dos parlamentares recém-eleitos iria concordar.

«Devemos ser práticos e realistas. Temos que lutar por eleições diretas para presidente da República no mais curto prazo possível. Há uma unificação em torno das diretas em novembro de 88, mas, por mim, essas eleições já seriam realizadas antes. O Brasil tem necessidade de substituir urgentemente o Governo Sarney por um presidente eleito, pois sua existência só tem atrasado a vida do brasileiro e o próprio processo».

Criticando duramente os políticos do PMDB que não aderiram à campanha por diretas-já, Brizola afirmou estar «de braços abertos» para receber na campanha os integrantes do PDS e PFL que apoiam eleições para presidente em 88. Quanto aos peemedebistas contrários a tese das diretas, ele os considerou «traidores do povo», por pregarem as diretas no passado como «única saída para o país», e agora rejeitarem a tese.

Leônidas

Pouco depois, ao chegar a João Pessoa, Brizola disse considerar que as críticas do ministro do Exército, Leônidas Pires, à Assembleia Nacional Constituinte, durante a recente reunião ministerial, enfraqueceram a autoridade do presidente José Sarney, em vez de fortalecê-la. Brizola, mesmo assim, aconselhou a que todos vejam essas críticas como uma advertência contra a falta de rumos políticos do País.

Vendo, ainda, uma «advertência nas insatisfações manifestadas por Leônidas Pires, Brizola sugeriu a análise das críticas do ministro, «a fim de que se veja o que o episódio tem de bom e de mal». Considerou, por fim, que o ministro fundamentou-se «em situação concreta». Pessoalmente, criticou a preocupação da Assembleia Nacional Constituinte com «projetos casuísticos e de interesse de grupos» e aconselhou os congressistas a que se dediquem a «obras impregnadas do espírito público». Reafirmando sua convicção de que o País marcha para o impasse, apontou como causa do problema «a incompetência dos que passaram a comandar a política nacional, depois da morte de Tancredo Neves».

Procedente de Recife, Brizola veio a João Pessoa a convite do deputado estadual Francisco Evangelista, o único que integra a bancada do PDT na Assembleia Legislativa da Paraíba. Concedeu entrevista, às 15 horas na Assembleia, onde ainda participou de um debate sobre a conjuntura nacional.

Relator assume compromisso com crianças

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, incluirá mais um capítulo em seu novo substitutivo, que tratará apenas do direito das crianças e dos adolescentes. Foi o compromisso assumido ontem por ele, ao receber formalmente das mãos do deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES) e de representantes do Foro Permanente de Entidades Não-Governamentais e da Comissão Nacional Criança-Constituinte, um texto consolidado das duas propostas de emenda popular coordenadas pelas duas entidades, e que somam juntas mais de 130 mil assinaturas.

O capítulo, que possui dois artigos, o primeiro com cinco parágrafos e quatorze incisos, sofreu uma única restrição por parte de Cabral. "Isto eu não vou colocar", disse Cabral a Aguiar e a Vital Deodato Rivera, os representantes das duas entidades, apontando para o parágrafo segundo, que considera inimizáveis penalmente os menores de dezoito anos. "Se eu colocar isto, vai ser derrubado em plenário. E melhor ficar como está, pois isto o código penal garante" afirmou sem a concordância dos três interlocutores. "Vamos garantir também este artigo", afirmou Aguiar, depois da entrega da emenda.

A emenda, que teve o apoio de todas as lideranças partidárias na Constituinte e obteve 184 assinaturas, foi resultado de um entendimento entre as duas entidades, coordenado pelos deputados Nelson Aguiar e Robson Marinho. A consolidação das propostas foi feita a pedido do próprio Bernardo Cabral, em reunião com a Comissão Nacional Criança e Constituinte e o Foro Permanente de Entidades Governamentais.



Deputadas levam a Ulysses documento com crítica ao anteprojeto

Texto de Cabral recebe crítica das deputadas

"O anteprojeto do relator Bernardo Cabral vem prejudicar substancialmente as justas reivindicações de 64.674.890 mulheres que somos no Brasil". A crítica está contida no documento que a bancada feminina entregou ao presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, onde elas firmam suas posições em relação à conjuntura nacional.

No documento, subscrito por 21 das 25 deputadas constituintes, elas denunciam a marginalização e discriminação da mulher que, apesar de representarem 54% da população e 52% do eleitorado, são minoria na Constituinte. Em 11 tópicos, as deputadas expõem seus pontos de vista nos aspectos social, político e econômico e pedem providências para a erradicação da miséria, dos menores carentes e a recuperação salarial. Defendem ainda um programa de transformação econômica e social como complementação do processo de transição para a democracia.

A urgente realização da reforma agrária e urbanização acelerada que levou 72% da população para as cidades, além de uma ampla defesa da autonomia municipal, são outros itens do documento que, por ter sido tratado em linhas

gerais, pode alcançar consenso na bancada feminina, dividida ideologicamente.

Ponto comum

Segundo a deputada Ana Maria Rattes (PMDB-RJ), desde o primeiro encontro de trabalho das mulheres constituintes ficou claro que o único ponto em comum entre elas eram as questões específicas das lutas femininas. Por isso mesmo, só apresentaram emendas em conjunto para assuntos ligados à mulher.

Ao substitutivo da Constituição elas encaminharam 33 emendas conjuntas que prevêm a igualdade entre o homem e a mulher, sem discriminações do trabalho; a aposentadoria aos 25 anos; o direito de maternidade e paternidade; garantias às presidiárias; extensão dos direitos trabalhistas à dona-de-casa e às empregadas domésticas, e a saúde da mulher.

O deputado Ulysses Guimarães disse que ficará atento para garantir a inclusão das emendas que preconizam a igualdade da mulher, e se comprometeu junto a comissão parlamentar feminina a publicar, ao final dos trabalhos da Assembleia Constituinte, um relatório com todos os trabalhos realizados pelas mulheres.

Josemar Gonçalves